A Sua Senhoria o Senhor

**(Autoridade Instauradora)**

A Comissão de Processo de Sindicância designada pela Portaria nº \_\_\_\_\_, de (data), de Vossa Senhoria, publicada no D.O.U., de (data), com o objetivo de apurar eventuais responsabilidades administrativas descritas no processo nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, vem, respeitosamente, apresentar o respectivo

**RELATÓRIO FINAL**

1. **Dos Antecedentes**

A presente apuração decorreu de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

*(Resumir os fatos ocorridos antes da instauração da comissão, indicando, inclusive, a data da ciência da suposta irregularidade pela autoridade instauradora - ponto importante para a análise da prescrição anterior à instauração).*

1. **Da Instauração**

A Comissão foi instaurada pela Portaria nº \_\_\_\_\_, de (data), do (autoridade instauradora), publicada no D.O.U., de (data), prorrogada pela Portaria nº \_\_\_\_\_, de (data), publicada no (veículo de publicação), de (data), reconduzida pela Portaria nº \_\_\_\_\_, de (data), publicada no (veículo de publicação), de (data), (especificar todas as prorrogações e reconduções).

Este Processo de Sindicância teve por objeto principal a apuração das supostas irregularidades cometidas pelo(s) servidor(es) **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,** referentes a **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.**

1. **Da Instrução**

Esta Comissão iniciou seus trabalhos no dia \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (data), conforme Ata de Instalação e Inícios dos Trabalhos (fl. \_\_\_, volume \_\_\_\_ - Processo Principal).

As notificações iniciais dos servidores foram feitas em \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (data) (fl. \_\_\_, volume \_\_\_\_ - Processo Principal). Na ocasião, foram disponibilizadas aos servidores cópias dos autos que integravam esta Sindicância.

A partir da Ata de Deliberação de \_\_\_\_\_\_\_\_\_ (data), às fls. \_\_\_\_\_, decidiu-se por:

1. solicitar à autoridade instauradora a designação de assistente técnico para atuar em relação a seguinte matéria objeto do presente processo: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
2. encaminhar memorando solicitando imediata cópia e acesso ao e-mail institucional do acusado;
3. encaminhar memorando solicitando relação de ligações telefônicas do acusado;
4. encaminhar ofício à autoridade judicial competente solicitando compartilhamento de provas;
5. encaminhar ofício à autoridade judicial competente solicitando quebra de sigilo bancário do acusado;
6. encaminhar ofício à Polícia Federal solicitando cópia de Inquérito Policial;
7. encaminhar ofício à Policia Federal solicitando exame grafotécnico;
8. encaminhar ofício ao (órgão/entidade) solicitando cópia do processo/documento \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_;
9. encaminhar ofício à Empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome) solicitando cópia do documento \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (especificar).
10. encaminhar ofício à Secretaria da Receita Federal do Brasil solicitando o compartilhamento de dados fiscais do acusado;
11. encaminhar ofício ao Cartório de Imóveis;
12. encaminhar ofício ao DETRAN;
13. encaminhar ofício à Capitania dos Portos;
14. notificação do acusado dos tópicos acima;

A partir da Ata de Deliberação de \_\_\_\_\_\_\_\_\_ (data), às fls. \_\_\_\_\_, decidiu-se por realizar a busca e apreensão de computadores.

Às fls. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ consta o Termo de Diligência da busca e apreensão.

Foram ainda colhidos os seguintes depoimentos (*indicar as oitivas de testemunhas e respectivas folhas, evitando transcrições integrais)*:

- *(depoente)* (fls.\_\_\_\_\_)

Já a partir da Ata de Deliberação de \_\_\_\_\_\_\_\_\_ (data), às fls. \_\_\_\_\_, decidiu-se solicitar o exame de sanidade mental do acusado \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome).

1. **Da Conclusão**

*Após a instrução probatória, realizada com atenção ao devido processo legal, tendo-se apreciado a documentação constante e acostada aos autos, e à luz da Lei n° 8.112/90, apresentam-se os seguintes fatos e a conclusão que se segue:*

[1- Em caso de sugestão de arquivamento da Sindicância Investigativa, utilize o parágrafo imediatamente abaixo:]

Diante da ausência de indícios robustos de autoria e materialidade, consubstanciada em [justificar objetivamente o que foi essencial para chegar a conclusão dos fatos], à vista dos parâmetros acima e de acordo com os ditames do Artigo 145, I, da Lei 8.112/90, este Colegiado sugere, SMJ, o ARQUIVAMENTO do presente processo.

[2- Em caso de sugestão de abertura de Processo Administrativo Disciplinar, em que a Comissão vislumbrou a possiblidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, utilize o parágrafo imediatamente abaixo:]

Diante da presença de indícios robustos de autoria e materialidade, consubstanciada em [justificar objetivamente o que foi essencial para chegar a conclusão dos fatos], à vista dos parâmetros acima e de acordo com os ditames do Artigo 145, III, da Lei 8.112/90, este Colegiado sugere, SMJ, a INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR em face de (Nome). Entretanto, considerando que a suposta infração tem penalidade cominada de advertência ou suspensão de até 30 dias (vide art. 1°, §2°, da IN-CGU N° 17/2019), recomenda-se também possibilitar a celebração prévia de TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA em face da instauração de PAD.

[3- Em caso de sugestão de abertura de Processo Administrativo Disciplinar, utilize o parágrafo imediatamente abaixo:]

*Diante da presença de indícios robustos de autoria e materialidade, consubstanciada em [justificar objetivamente o que foi essencial para chegar a conclusão dos fatos], à vista dos parâmetros acima e de acordo com os ditames do Artigo 145, III, da Lei 8.112/90, este Colegiado sugere, SMJ, a INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR em face do servidor(es) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, matrícula(s) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, lotados na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(unidade de lotação) e em exercício na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(unidade de exercício), pelos seguintes motivos: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.*

Como atenuantes, apontam-se \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Como agravantes identificam-se \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Nesse sentido, este colegiado manifesta-se a Vossa Senhoria pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face do(s) servidor(es) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, matrícula(s)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

1. **Das Recomendações**

Por fim, recomenda-se encaminhar cópia do presente Relatório Final ao \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ *(órgão/autoridade competente)*, em razão de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ *(especificar os motivos ou sugestões de medidas de melhorias de gestão).*

1. **Do Encaminhamento à Autoridade Instauradora**

Encerrados os trabalhos, a Comissão de Sindicância submete à apreciação de Vossa Senhoria os autos do presente processo, nos termos do art. 166 da Lei n° 8.112, de 1990.

Local, \_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

Presidente

\_\_**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

Membro

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

Membro